



S.  R.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

Comando Territorial de Lisboa

Secção de Operações, Treino e Relações Públicas

C/ Conhecimento

PARA:

CPKA – Clube de Promoção de Karting e Automobilismo
Rua Professor Barbosa Sueiro 5 C
1600 - 698 Lisboa

NIPC 514456680

S/ referência

S/ comunicação

N/ referência

N/ comunicação

Nº S042161-202404

P.300.10.04

30/04/2024

ASSUNTO: Parecer Rally de Lisboa 2024

Satisfazendo o solicitado, sobre evento em apreço, informa-se que deverão ser observados os condicionalismos abaixo indicados:

- O itinerário está em condições de ser aprovado.
- Os participantes e demais intervenientes, deverão cumprir escrupulosamente as normas em vigor relativas à circulação rodoviária, nomeadamente o Código da Estrada e sua Legislação Regulamentar, dentro dos limites e exceções que lhe vierem a ser concedidos pelo processo de licenciamento.
- Não devem ser pintados quaisquer símbolos ou marcas nas estradas, ficando a cargo da entidade organizadora o pagamento de eventuais prejuízos causados.
- Conveniente policiamento nas localidades de passagem, particularmente nos locais de partida e de chegada, e ainda, nos que mais frequentemente são procurados pelo público ou cruzem vias de circulação rodoviária, devendo ser requisitadas pela entidade promotora as forças necessárias, através da Plataforma Informática de Requisição de Policiamento de Espetáculos Desportivos (PIRPED) – nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 55/2014, ao Comando Territorial de Lisboa da Guarda Nacional Republicana.
- A entidade organizadora não poderá, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Art.º 68 do DL 82 /21 de 13 de outubro, concretizar o evento “Atividades culturais, desportivas ou outros eventos organizados que justifiquem a concentração de pessoas em territórios florestais”, nas áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS), em concelhos onde se verifique um nível de perigo de incêndio rural «muito elevado» ou «máximo».
- As restrições e/ou os condicionamentos que estiverem em vigor por força de situação declarada nos termos dos Art.ºs 8.º e 9.º da Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, na sua redação atual.
- As informações colocadas na via relacionadas com a realização da prova devem ser retiradas imediatamente após a passagem do último participante.
- A entidade organizadora / promotora deve apresentar comprovativo de apólice de seguro válido de responsabilidade civil e acidentes pessoais do evento.

- É necessário o parecer/autorização do(a) Comissão Diretiva da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto (Câmara Municipal de Cadaval e Câmara Municipal de Alenquer), em virtude de o itinerário incluir passagens por áreas administradas por essas entidades.
- Caso o evento não seja destinado exclusivamente para sócios, deverá a entidade organizadora respeitar e cumprir o preceituado DL 108/2009 de 15MAI e na portaria 651/2009 de 12JUN.
- A Entidade organizadora deve tomar as devidas precauções para que não fiquem depositados no percurso qualquer tipo de resíduos.
- Devem ser proporcionados itinerários de circulação alternativos com a conveniente sinalização.
- Pelo acima exposto é parecer desta entidade de que **não há inconveniente** para a realização do referido evento, **desde que sejam cumpridos todos os requisitos** anteriormente mencionados.

Com os melhores cumprimentos,

